

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v20i38.25480>

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ENSINO DE HISTÓRIA

Caroline Mello Wanús

Professora de História e pesquisadora vinculada ao Mestrado em História da Universidade Federal de Sergipe

Contato: carolwanus2@gmail.com<https://orcid.org/0009-0003-9103-4627>

Resenha do Livro: FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Patrimônio histórico no ensino de História**. 2. ed. Cabedelo: Clíoeduca Editora, 2024.



Resumo: *Patrimônio Histórico no Ensino de História*, de Itamar Freitas e Margarida Maria Dias de Oliveira, objetiva qualificar o uso pedagógico do patrimônio no ensino de História. Limita-se pela reduzida articulação com cotidiano escolar e diversidades territoriais e destaca-se pela sólida fundamentação, abordagem crítica e exemplos didáticos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; ensino de história; educação patrimonial; formação docente.

A obra *Patrimônio Histórico no Ensino de História*, escrita por Itamar Freitas e Margarida Maria Dias de Oliveira e publicada em 2024 pela Clíoeduca Editora, tem caráter formativo e crítico, sustentado por fundamentação acadêmica. Ao longo do texto, os autores discutem o

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026



conceito de "patrimônio" a partir de múltiplas áreas do conhecimento – como a História, a Museologia, a Antropologia e a Educação –, articulando essas abordagens à análise das possibilidades de uso pedagógico do patrimônio em contextos escolares. O principal objetivo da obra é ampliar a compreensão sobre o patrimônio e qualificar seu emprego como recurso didático no ensino de História.

Itamar Freitas é licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe e doutor em História e Educação. Atua nas áreas de Ensino de História, Didática, Teoria e Metodologia da História, com destaque para pesquisas voltadas à formação docente e ao uso de fontes no ensino. Margarida Maria Dias de Oliveira é graduada em História, mestre em Sociologia e doutora em História. Suas investigações concentram-se no ensino de História, na análise de livros didáticos, na formação de professores e nas relações entre memória, ensino e patrimônio cultural. A obra, estruturada em nove capítulos, é apresentada como contribuição à valorização e sistematização do ensino de História por meio dos patrimônios culturais, tratando-os como ferramentas fundamentais no processo de aprendizagem histórica e na construção da consciência dos estudantes.

No primeiro capítulo, os autores refletem sobre as semelhanças e diferenças nas concepções de patrimônio entre professores de História e especialistas de outras áreas. O argumento central sustenta que os professores tendem a utilizar o patrimônio principalmente como fonte e recurso didático, atribuindo-lhe valor a partir dos interesses pedagógicos que orientam sua prática. Já os especialistas, por sua vez, transitam por domínios mais técnicos e teóricos, explorando aspectos específicos e aprofundados do campo patrimonial.

Nos capítulos dois e três, os autores se dedicam a analisar as finalidades do uso do patrimônio no ensino de História, destacando sua vinculação com a construção de identidades coletivas, especialmente aquelas evocadas em narrativas de identidade nacional. Além disso, abordam os processos pelos quais determinados objetos ou manifestações são transformados em patrimônio, destacando os critérios políticos e institucionais que orientam essa seleção. O argumento central desses capítulos é que o discurso patrimonial está historicamente associado às ações do poder público, o que justifica a escolha e a gestão dos bens patrimoniais com base em sua representatividade nacional e seu suposto valor coletivo.

No capítulo quatro, os autores definem o patrimônio como uma abstração simbólica, construído a partir da reunião de múltiplas informações, sentidos e significados que lhe conferem valor

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026



cultural. O argumento central do capítulo é que o patrimônio não existe por si só, ou seja, não é uma condição natural dos objetos, mas sim uma construção social e histórica. O que o torna significativo e identitário são as experiências, memórias e vivências que determinados grupos projetam sobre ele. Ao enfatizar que o patrimônio é inventado e simbólico, os autores reforçam sua natureza subjetiva e destacam a importância dos processos de significação coletiva para a patrimonialização.

No capítulo cinco, os autores concentram-se na forma como o professor estabelece metas pedagógicas ao utilizar os patrimônios culturais como recursos didáticos. As questões centrais giram em torno das finalidades educativas, das possibilidades de uso e das competências históricas que podem ser desenvolvidas por meio do trabalho com o patrimônio. O capítulo apresenta dois exemplos de planejamento: o primeiro, com foco mais técnico, voltado à preservação e experimentação do patrimônio; e o segundo, de caráter mais crítico e formativo, que articula o patrimônio às discussões sobre identidade, cidadania e democracia, dentro de uma abordagem orientada pelo pensamento histórico crítico.

O capítulo seis aprofunda a discussão ao abordar a utilização de objetos patrimoniais no ensino de História, destacando seu potencial para o desenvolvimento de competências específicas. O argumento central consiste na ideia de que os objetos não possuem valor histórico intrínseco: é o processo de significação, realizado por meio da mediação docente e da interpretação crítica, que os transforma em fontes de conhecimento. Nesse sentido, os autores defendem que os princípios da heurística (busca e seleção das fontes) e da hermenêutica (interpretação e atribuição de sentidos) são fundamentais para orientar o trabalho com objetos no contexto escolar.

Já os capítulos sete, oito e nove avançam na discussão ao problematizar os modos como os patrimônios são explorados nos espaços educativos, especialmente quando utilizados de forma isolada ou descontextualizada. O capítulo sete critica a leitura fragmentada de objetos patrimoniais, sem conexão com outras fontes ou com o contexto histórico que os originou. O capítulo oito aprofunda essa análise no campo dos museus, ressaltando a necessidade de uma mediação crítica que promova leituras interpretativas e evite a mera contemplação das exposições. Por fim, o capítulo nove amplia o olhar para o espaço urbano, defendendo que praças, ruas, monumentos e edifícios também podem ser compreendidos como documentos históricos e utilizados como espaços pedagógicos, desde que inseridos em práticas reflexivas e

significativas. Em conjunto, esses capítulos reforçam a importância de trabalhar o patrimônio de forma contextualizada, crítica e integrada, promovendo experiências de aprendizagem mais potentes e cidadãs.

Apesar de sua relevante contribuição teórica para o campo do ensino de História e da educação patrimonial, a obra apresenta algumas limitações que merecem ser destacadas. A abordagem majoritariamente teórica e conceitual, embora rica e bem fundamentada, carece de uma articulação mais aprofundada com elementos do cotidiano escolar, como as dificuldades enfrentadas pelos professores na aplicação prática desses conceitos, especialmente em contextos de escassez de recursos ou sobrecarga de trabalho.

Além disso, aspectos fundamentais como a memória local, a diversidade étnico-racial e as realidades plurais dos territórios escolares são abordadas de maneira pontual, quando poderiam ser melhor explorados como categorias centrais para a prática pedagógica com patrimônio. Ao não se ater de forma mais incisiva sobre essas dimensões, a obra restringe parcialmente seu alcance formativo, principalmente para docentes que atuam em contextos de alta complexidade social e cultural.

Em contrapartida, um dos principais méritos da obra reside na discussão sobre o que pode ou não ser considerado patrimônio, ao destacar que um objeto permanece apenas um objeto até que lhe sejam conferidos sentidos simbólicos e culturais. Esse aspecto representa um ponto positivo da obra, pois evidencia o caráter simbólico, subjetivo e identitário do patrimônio, compreendido não como dado natural, mas como construção carregada de significados sociais e históricos. Além disso, destacam-se as discussões sobre os fatores políticos e sociais que orientam o reconhecimento de certos bens como patrimônio cultural, permitindo problematizar as disputas simbólicas em torno da memória e da cultura. Os autores também ressaltam a ampliação dos critérios de patrimonialização ao longo do tempo, incluindo referências aos marcos legais que possibilitaram o reconhecimento de expressões culturais afrodescendentes e indígenas como parte do patrimônio brasileiro. Por fim, os exemplos concretos discutidos são de grande valor para a articulação entre a definição de metas bem formuladas e os resultados obtidos pela educação patrimonial.

De maneira geral, a obra cumpre sua finalidade de contribuir para a formação docente no uso dos patrimônios no ensino de História. Seu auxílio vai além da apresentação de dados, pois fornece uma base teórica bem estruturada, problematiza as questões relacionadas ao patrimônio

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026



cultural e oferece exemplos concretos. O trabalho em questão é indicado para todos os públicos do ensino básico, uma vez que aborda um tema de extrema relevância, que impacta diretamente a construção da identidade dos sujeitos e a forma como se relacionam com a memória local. Trata-se de uma reflexão que perpassa diferentes campos do saber e que dialoga com questões sociais, culturais e educacionais contemporâneas. Sua recomendação se torna ainda mais pertinente para professores de História, por apresentar dados históricos, didáticos e formativos.

Sumário de *Patrimônio Histórico no Ensino de História*

Introdução

1. Entre professores de História e especialistas do patrimônio
2. Herança e identidade nacional
3. Fisicalidade e idealidade na seleção do patrimônio nacional
4. Patrimônio “não existe”
5. A formalização das metas
6. Os usos dos objetos
7. A predominante leitura de objetos isolados
8. A leitura dos objetos no museu
9. A leitura dos equipamentos urbanos

Conclusões

Referências